

Memórias e paisagens soterradas na transformação da natureza em terra¹

ARRUDA, Gilmar²

RESUMO: Do processo de transformação da natureza em terra, além da simplificação do mundo natural, decorre também a formação de uma memória coletiva sobre a participação dos diversos sujeitos sociais. Na paisagem atual, porém, aparentemente só percebemos uma determinada memória e apenas um único sentido desse processo. Mas existem outras paisagens e memórias que necessitam de condições políticas para emergirem no espaço público.

Palavras-chaves: Memória; natureza; paisagem.

Memories and landscapes buried in the transformation of nature on earth

ABSTRACT: From the process of nature into earth beyond the simplification of the natural world, it too elapses of a collective memory formation about the participation of the social subject. In nowadays scenery however we only see determinant memory with only one process. But it exists other landscape and memory's that need the political conditions just emerge on the public space.

Keywords: Memory; nature; landscape.

Quem tem a oportunidade de viajar de carro, ou mesmo de avião, pelas vastas regiões do norte do Estado do Paraná, do oeste do Estado de São Paulo, e pelo sul do Estado do Mato Grosso, pode observar, com mais ou menos constância, a presença da ação humana nos campos: pastagens, lavouras imensas de soja, milho, trigo, canaviais, outras menores como pomares, plantações de urucum, mandiocais, etc. Observamos essas paisagens naturalmente e as chamamos de campo, ou zonas rurais, para distingui-las das cidades, ou das zonas urbanas. Nos campos, aqui e ali, ainda é possível avistarmos algumas outras coberturas vegetais: restos de florestas; matas ciliares, campos de cerrados, campos, etc. Para esses lugares reservamos o adjetivo de 'natural' para distingui-la dos lugares nos quais a marca humana é evidente, como nas cidades. Em oposição às cidades, mundo construído pelos humanos por excelência, o campo ainda aparece como sendo natural. O mundo do consumo e do 'sistema mágico', no qual vivemos, procura criar uma associação entre

¹ Esse texto é resultado, em parte, da exposição 'História, memória e natureza: possibilidades de pesquisa' realizada durante o IX Ciclo de Palestras: Terra, memória e poder. Três Lagoas, MS, 20.06.2016, campus da UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Doutor em História – Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina-PR. E-mail: garruda@uel.br

o campo e um mundo 'natural' (ARRUDA, 2013, 2016). O verde está na moda e a moda é um dos maiores construtores de distinção social dos tempos contemporâneos (WILLIAMS, 2011, ZANIRATO, 2016 e ROTONDARO, 2016).

É agradável ver esse mundo 'verde' do campo, presente nos canaviais, nas pastagens, nas lavouras de soja, de trigo, de milho e etc. Parece-nos tão naturais que quase esquecemos da presença do trabalho dos humanos na sua construção. Porém, desde a humanização do espaço, com maior ou menor velocidade, os humanos estão a transformar o mundo natural. A espécie humana, desde o seu surgimento na África, tem transformado o ambiente a sua volta. De início, uma população pequena de *hominídeos* realizou poucas alterações, sua capacidade era limitada. Com algumas técnicas, e uma população maior, como o "fogo cultural", as mudanças provocadas pela ação humana tornaram-se mais efetivas e amplas. Com a invenção da agricultura, a domesticação de animais e plantas e, finalmente, a invenção das cidades, a população de humanos transformou-se na maior construtora de paisagens e territórios sobre a face da terra. A espécie, e seus hábitos, técnicas e formas de vida espalharam-se pelo globo terrestre. (TOLEDO, 2006)

Nos lugares a que nos referimos anteriormente, nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, pode-se medir a presença da espécie desde, pelo menos, em 12000 anos antes do presente (NOELLI, 1999/2000). Foram vários os grupos e sociedades que os ocuparam e os transformaram. Entretanto, a velocidade e extensão dessa mudança não tem sido permanente e nem estável. Variáveis como população, técnica e tempo influenciam na extensão e velocidade das alterações. (DRUMMOND, 2000)

Entretanto, em nenhum período anterior, as mudanças provocadas pelos humanos foram tão rápidas e extensivas quanto após o século XIX, com a expansão da organização social capitalista. Em alguns lugares, como no Brasil, no centro-sul, nos últimos cem anos, ou mesmo, nos últimos 50 anos, teria sido o momento no qual ocorreu o que Karl Ponalji (2000) denominou de a 'grande transformação'. Efetivamente, aí pode-se, como metáfora ou realidade, perceber a "grande transformação" da paisagem, da forma de ocupação e distribuição dos espaços; da utilização da natureza, com a transformação da natureza na abstração terra; com a chegada de homens e mulheres vindos de outros lugares (regiões e continentes) com seus produtos, hábitos, formas de morar, pensar, alimentar, rezar e contar o passado.

Em linhas gerais podemos afirmar que, após 1850, inicia-se o processo dessa “grande transformação”, o que significa, resumidamente no seguinte: o surgimento da sociedade de mercado; a reorganização de todas as esferas da sociedade com um único objetivo, o lucro; a criação das mercadorias fictícias terra e trabalho. As relações de produção capitalistas emergiram gradualmente antes do dezoito, mas, segundo Karl Polanyi, parece não restarem dúvidas que a centralização na lógica de mercado de todas as esferas do social é uma realidade do século XIX.

Para Polanyi, sendo a produção a interação entre o homem e a natureza, na sociedade regida pelo mercado, dirigida para o lucro, “[...] então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm se sujeitar à oferta e à procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda”. (POLANYI, 2000, p. 162)

Sabe-se, também, que os humanos não podem produzir natureza, em nenhum sentido. Sendo assim, não sendo a natureza um ‘produto humano’, ocorre então uma simplificação para que ela possa ingressar no circuito do mercado: “Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem (...). A descrição do trabalho, da terra e o dinheiro como mercadoria é inteiramente fictícia”. (POLANYI, p. 94)

A mudança das relações existentes anteriormente para a “economia de mercado” deu-se, no espaço mencionado, fundamentalmente através do processo denominado de “colonização”, embora tenha se iniciado em período anterior. A “colonização” foi o marco definitivo da transformação da natureza em terra, ou seja, em propriedade privada.

Para Polanyi,

A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local de sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano (...) E no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado. (POLANYI, 2000, p. 214).

Não existem dúvidas da existência de mercado, trabalho e comércio antes do período da ‘grande transformação’. Porém, os homens e mulheres, a terra e a produção, antes deste período, estavam condicionados por regras morais. Ou de outra forma, esses elementos da produção não estavam isolados da sociedade e de seus condicionamentos. Foi somente após a “grande transformação” que todos estes

elementos foram reorganizados em função da “economia de mercado”, escapando a quaisquer outros condicionamentos do que a finalidade do ‘lucro’.

Alguns números nos permite uma perspectiva do que significou esta “grande transformação”, em particular no território paranaense. Em 1900, havia 27 municípios no Estado do Paraná. Hoje são 399. A maior parte desse número surgiu entre 1920 e 1970. A população residente no estado do Paraná em 1900 era de aproximadamente 380 mil. Em 1920, o número de habitantes chegou a 680 mil e, em 1940, pulou para cerca de 1.200 milhão. Já em 1950 residiam no estado mais de 2.100 milhão de habitantes. Dez anos após, em 1960, o número de ‘paranaenses’ ultrapassa os quatro milhões. Atualmente, os moradores do estado do Paraná são mais de 10 milhões de pessoas habitando o mesmo território. Esta grande transformação e seus movimentos populacionais, para além de uma história demográfica, fazem parte do amplo processo de “reorganização da natureza”, acelerado pela ampliação em escala global da organização de produção em moldes capitalistas a partir do século XIX. Deve-se considerar que tais mudanças e movimentos populacionais não são específicos para o estado do Paraná. Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do séc. XX, cerca de 3,5 milhões de homens e mulheres cruzaram o Atlântico para se estabelecerem no centro-sul do Brasil. Essa movimentação de humanos, denominada de imigração, não se encerrou com a troca de continente. Os ‘neoamericanos’, após se estabelecerem, seja como trabalhadores nas fazendas de café, ou como colonos nos estados do sul, continuaram a se movimentar, seja pela procura de melhores condições vida, tornando-se pequenos proprietários, seja procurando novas áreas devido ao crescimento populacional. Vemos, por exemplo, que entre 1930 e 1950 alguns milhões se deslocaram para o Paraná. Mas não foram apenas os descendentes dos ‘neoamericanos’ que se deslocaram no interior do Brasil. Nos anos de 1940 e 1950, milhares foram forçados a caminhar do nordeste para o sudeste empurrados, entre outros fatores, pelos eventos climáticos. Entre 1960 e 1980 cerca de 40 milhões de brasileiros mudaram-se do campo para a cidade e das cidades pequenas para as grandes cidades, do sul/sudeste para o centro-oeste e norte. São populações em movimento no espaço. Em cada movimento estas populações levaram consigo sua biota cultural e provocavam alterações no bioma de destino, mudando as fronteiras.

O território onde hoje vivemos é constituído de camadas e camadas de paisagens construídas por estas populações em movimento pelo espaço. Plantas,

animais, insetos, germes, técnicas, formas de ocupação – propriedades, posses, ocupação, etc -, portanto constituintes de memórias que são documentos deste processo. Nestes mesmos espaços, há algumas dezenas de anos, provavelmente avistaríamos extensas lavouras cafeeiras e, antes dos cafezais, seriam as florestas, campos e cerrados. As próprias vias de comunicações não são mais as mesmas das décadas anteriores: o asfalto cobriu a terra; as pontes substituíram as balsas, a ferrovia quase desapareceu. Neste processo, os territórios e paisagens, formas diversas de apropriação da natureza, foram sendo transformados, sobrepostos, soterrados, simbólica ou literalmente (CORREA, 2013).

A floresta tornou-se, portanto, o lugar da agricultura. Essa transformação não foi homogênea, nem pacífica, com vários pontos e movimentos de resistência e divergências. Entretanto, após os anos de 1990, e particularmente nesse século, a imagem hegemônica existente é a que se convencionou chamar de agronegócio. Grandes empresas e cooperativas, máquinas modernas, intenso uso de produtos modificados geneticamente; adubos químicos e agrotóxicos. A floresta mais do que transformada em terra foi, de fato, transformada em uma indústria. A agricultura para o agronegócio é uma indústria. Essa é a imagem hegemônica reproduzida pelos canais da indústria cultural, nos telejornais, nos discursos de autoridades, nos slogans vendidos pelas associações de classes dos proprietários de terra ou do agronegócio, etc. (CHÃ, 2016). Temos então que, das memórias e dos sujeitos que participaram da ‘grande transformação’, algumas e alguns se tornaram vencedores, produzindo a imagem da paisagem da propriedade privada, da monocultura em larga escala para o mercado, ou seja, do agronegócio.

Nesse sentido, diversos sujeitos sociais e suas memórias foram soterradas ou se tornaram obscurecidas. Eliminar a presença de diversos sujeitos sociais, no passado da ‘grande transformação’, é parte constituinte da luta política para torná-los invisíveis e, assim, inviabilizando politicamente seus modos de vidas e reivindicações no presente. A função de eliminação, ou controle da memória, é crucial para a manutenção do poder. Em conhecida citação, Jacques Le Goff informa-nos que:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994. p. 426).

A paisagem, esse recorte de espaço, que enxergamos através da janela de um carro, ou de um avião, apesar de sua aparente naturalidade, pode ser tomada como um documento, com o qual podemos recuperar os diversos testemunhos da transformação da natureza em terra. Milton Santos, nos ajuda nesse sentido:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (...) A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. (SANTOS, 1997, p. 83).

Um documento em sentido histórico, como todo documento, é também monumento. A paisagem possui uma 'aparente naturalidade', pois os processos passados, as interações dos humanos com o mundo natural e de suas relações sociais, conduziram as transformações e construções para a configuração que vemos através de nossa janela, ou do nosso ponto de viregiatura. Em muitos aspectos, o que vemos é resultado da tarefa humana, a paisagem não é somente natureza. Ela é natureza e cultura, é um artefato da cultura historicamente determinada, transformando-se com as próprias sociedades que o criaram. Elas são compostas de camadas de representações, das quais algumas possuem suas origens a centenas, às vezes milhares de anos, e outras são tão recentes quanto o presente:

Compõe-se tanto de camadas de lembranças quando de estratos de rochas (...) Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. (...) E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos. (SCHAMA, 1996, p. 17).

As paisagens são compostas de lembranças, de memória, portanto, de cultura. Existe, assim, como no controle sobre a memória, a presença do poder:

[...] a paisagem não é apenas um tipo particular de expressão cultural da realidade, mas um meio de reforçar uma ideologia dominante em uma determinada sociedade. (...) É também a reprodução inconsciente de determinados modos de pensamento que religam a ideologia ao poder simbólico da natureza, definido como um conjunto preexistente de símbolos e significados (...) A paisagem é fundamentalmente política: toda mudança social constitui, na verdade, um desafio às concepções preexistentes da natureza e às suas representações simbólicas na paisagem. (GANDY, 2004, p. 80).

Poder de direcionar, de atribuir sentido do que deve ser valorizado ou desvalorizado, de ser lembrado e de ser esquecido. A paisagem é um documento/monumento (LE GOFF, 1985). Podemos falar em memórias suportadas

pela paisagem, ou mais propriamente, que as paisagens são suportes materiais da memória, mesmo das que não podem ser ditas, ou como diz Pollack, de memórias reprimidas.

A memória possui, por seu turno, ligação indissolúvel com a identidade individual e social (coletiva):

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLACK, 1992, p.5).

A identidade individual, ou coletiva, constitui-se de alguns elementos de unidades: a unidade física, seja o corpo físico ou pertencimento ao grupo; a continuidade dentro do tempo, tanto no sentido físico quanto no sentido moral e psicológico e, por último, o sentimento de coerência, o que torna todos esses anteriores elementos em um todo unificado em um indivíduo. Essa coerência é tão necessária e importante que, segundo Pollack, se rompida, podemos ver fenômenos patológicos de ruptura de pertencimento individual e coletivo:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (idem, p. 05).

A memória depende de suportes materiais, ou da sobrevivência do grupo, para que seja evocada e cumpra seu papel de manter a continuidade, a coerência e a reafirmação da identidade. Nem a memória e nem a identidade são estáticas, são reconstruídas constantemente com o ato de lembrar.

A transformação da natureza em terra, como foi demonstrado anteriormente, provocou em um primeiro momento o surgimento, nos espaços mencionados, uma nova paisagem. Agora composta de espaços urbanos e rurais, ou cidade e campo. Pode-se dizer que, nesse primeiro momento, a cultura do café e, em boa parte, a presença das pequenas e médias propriedades tornaram-se hegemônicas. Essa organização do espaço, essa estrutura socioagrária, embora não fosse exclusiva, pois existiram e permaneceram outras formas de apropriação do espaço natural, se manteve até meados dos anos de 1970.

A partir desse momento, por diversos fatores, emergiu a paisagem que, posteriormente, foi denominada de agronegócio. Essa mudança fez com que milhões de pessoas deixassem o campo e migrassem para as cidades. Tomemos Londrina, no norte do estado do Paraná, para exemplificar a extensão dessa alteração ecológica

da população. No início da década de 1960 a população rural ultrapassava 40%, atualmente é de cerca de 3,5% da população total. A paisagem rural, além de esvaziada de humanos, transformou-se também em termos de organização. Milhares de sítios, com suas estruturas e construções desapareceram. O que se vê atualmente é um 'mar de soja', ou de milho, dependendo do período do ano.

A paisagem que desapareceu, que pode ser denominada como 'o mundo dos sítios', com suas redes de vizinhança, seus moradores, seus produtos e suas relações sociais constituía-se em um suporte de identidade. Ser sitiante, meeiro, arrendatário, parceiro, colono, camarada, fazendeiro, etc, marcava as distinções e as relações sociais. No momento de desaparecimento da antiga organização, da antiga estrutura socioagrária, aqueles que conseguiram se aproveitar, por diversas razões, e se transformar em produtores inseridos no agronegócio, atualmente se reconhecem na paisagem do 'mar de soja'. Entretanto, os outros, as outras formas de apropriação do mundo natural, não podem encontrar um suporte de identidade na atual paisagem. As memórias desses sujeitos sociais, bem como as paisagens que eram suportes de pertencimento estão soterradas, ou como afirma Michel Pollack, tornaram-se memórias subterrâneas:

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (1989, p.3).

Trata-se de um esquecimento político da memória e da identidade de diversos grupos sociais, os quais tinham, e tem, diferentes relações com a 'natureza transformada em terra'. O esquecimento é deliberado, sua negação é motivada porque ela está em oposição à atual paisagem hegemônica que vemos nos campos. Sem suportes materiais e enfrentando a oposição política para emergir, coloca-se o problema da sobrevivência do grupo e da memória: "O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação..." (POLLACK, 1989, p.7).

Sem os suportes materiais e sem os grupos sociais que mantinham a memória e a identidade de outras formas de apropriação do 'mundo natural transformado em terra', aparentemente, poucas possibilidades haveria para se reconstruir, ou constituir,

novas paisagens. Porém, a força da memória torna-se um componente extremamente forte para a manutenção da identidade. Maria Celma Borges em sua pesquisa sobre os 'sem terra' do Pontal do Paranapanema reproduz o depoimento do Sr. João Mineiro, um homem com larga tradição de militância na causa camponesa:

A terra é mãe. Que diz os da minha geração, os antepassados Patamona³, os Patamona, que a terra é mãe. O índio diz, né? Porque eu sou da descendência deles. O meu bisavô foi matado em Canudos, chamava Francisco Rodrigues de Sá, mas tinha o apelido de Saraú. Aonde que meu avô me contava. Ele dizia: 'olha meu filho, o massacre de Canudos, ele foi mais encarniçado, nele eu perdi meu pai, o índio Saraú afamado, mas lutando como um herói, ali foi assassinado por causa da Reforma Agrária'. Mas ele me falava isso aí, a minha boca se calava e meu olhar dizia tudo: 'a coisa que nunca me falha, é a coragem de lutar pela reforma agrária'. Um dia eu hei de crescer, e cresci, e tô aí lutando. Agora se eu morrer que nem o velho morreu lá em Canudos, meu bisavô, beleza!! Morro contente! Mas morri na luta. Certo? (pausa). (Citado por BORGES, 2004, p. 339).

O relato do Sr. João Mineiro mostra como 'o não dito' sobrevive por várias e várias gerações e se torna público, ou reivindica o direito a ser expressado para o mundo público, como um testamento político, legitimando seu posicionamento em relação ao mundo. Eclea Bosi nos ensinou: "Podem arrasar as casas, mudar os curso das ruas; as pedras mudarem de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a ela? (...) A resistência muda as coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo" (BOSI, 1983, p.371).

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. *Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara-PR*. *Antíteses*, Londrina, v. 6, n. 12, p. 293-317, jun./dez. 2013.

_____. *Entre a natureza 'natural' e a natureza 'sonhada': a propaganda de condomínios nas margens da represa Capivara, Rio Paranapanema, PR*. *História: Debates e Tendências* – v. 16, n. 1, jan./jun. 2016, p. 92-112

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no pontal do Paranapanema –SP*. Assis: mimeo (Tese de Doutorado-Unesp). 2004.

³ Borges faz o seguinte esclarecimento sobre esse nome: "Provavelmente o entrevistado esteja se referindo aos Pataxós, os quais habitam a região em que o movimento de Canudo deflagrou-se. Há ainda a possibilidade de que esteja falando de um sub-grupo, cuja origem possa remontar aos Pataxós. Os Pataxós, referem-se a "tribo indígena cujos remanescentes vivem nas terras do posto indígena Paraguaçu, município de Itabuna (BA), e que outrora habitava as matas entre os rios Jequitinhonha, Mucuri e Araçuaí".

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz. 1983.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. São Paulo: mimeo (Unesp- dis. Mestrado geografia). 2016.

CORREA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. Londrina: Eduel, 2013.

DRUMOND, José Carlos. *Ciência socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética*. In: ROLIM, Rivail Carvalho, PELLEGRINI, Sandra Araújo e DIAS, Reginaldo. (orgs) *História, espaço e meio ambiente*. Maringá: Anpuh/PR, 2000.

GANDY, Mathew. Paisagem, estética e ideologia. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAAHL, Zeny. (orgs.) *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. pp. 75 – 91.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Memória - História*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. Enciclopédia Einaudi, v. 1.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Edunicamp. 1994.

NOELLI, Francisco. *A ocupação humana no sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas*. *Revista USP*. São Paulo, n.44, p.218-269. Dezembro/fevereiro 1999/2000.

POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____ "Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997. 2ª ed.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

TOLEDO, Alejandro. *Agua, hombre y paisaje*, México: Instituto Nacional de Ecología/INE-Semarnat, 2006.

ZANIRATO, Sílvia Helena e ROTONDARO, Tatiana. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. *Estudos Avançados*.v.30, n.88, set/dez. 2016. Pp. 77-92.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.